

3	Mudanças frequentes na Equipa de Garantia de Projectos	14/11/11	Organizacional	Interrupção na execução do projecto, falta de eficácia na provisão de apoio técnico ao parceiro de implementação P = 3 I = 3			actualizar o Assessor de DEL seleccionado durante os primeiros meses. Desenvolver um rigoroso esquema de projecto com orçamento suficiente e incentivos para promover a continuidade da Equipa de Garantia de Projectos	Gestores Séniores PNUD					
4	Falta de captacao de fundos devido a crisis económica e financeira.	12/12/11	Estrategico	Interrupção na execução do projecto, falta de eficácia na provisão de apoio técnico ao parceiro de implementação P = 3 I = 3			Reducao do número de províncias a abranger com o programa						

*Handwritten signature or initials*

## **ANEXO 3: Quadro de Monitoria e Avaliação**

### **Monitoria trimestral**

A componente de ART PAPDEL será monitorada com base trimestral visando avaliar a realização de resultados-chave baseados em Critérios de Qualidade e em métodos extraídos da Tabela de Gestão de qualidade, abaixo. Portanto, o projecto produzirá 4 relatórios de progresso, por ano, durante os quatro anos da sua execução.

A monitoria trimestral do projecto também fará o seguimento em função dos riscos identificados no registo de riscos, afim de actualizar a situação de riscos ou para adicionar outros riscos identificados durante a implementação do projecto. No âmbito da monitoria do projecto, tirar-se-á as principais lições aprendidas durante a implementação do projecto.

As informações colhidas durante a monitoria do projecto serão compiladas num Relatório de Progresso Trimestral do Projecto, que será submetido ao respectivo Conselho de Direcção para apreciação e aprovação. O modelo do relatório de progresso está anexado ao Quadro de Monitoria.

### **Monitoria Anual**

O Coordenador do Projecto deverá elaborar um Relatório Anual de Análise que será compartilhado entre os membros do Conselho de Direcção do Projecto. Entretanto, como mínimo requisito, este relatório deverá consistir do formato padrão do Atlas para o relatório trimestral de progresso que abrange todo o ano, com informação actualizada para cada um dos elementos que constam do Relatório Trimestral de Progresso acima referido, bem como o resumo de resultados alcançados em relação às metas anuais pré-definidas ao nível de resultados.

Com base no relatório referido anteriormente, será realizada uma revisão anual do projecto durante o quarto trimestre do ano ou logo após, com vista a avaliar o desempenho do mesmo, e avaliar igualmente o Plano Anual de Trabalho para o ano seguinte. No último ano, esta revisão será considerada como avaliação final, e será promovida pelo Conselho de Direcção do Projecto e poderá envolver outros intervenientes conforme seja necessário e, para além disso, focalizará no nível do progresso rumo à concretização das realizações, sendo que estas estão alinhadas aos resultados pertinentes.

### **Avaliação do Projecto**

O projecto será avaliado ao longo do 3º trimestre de 2015, e esta avaliação não incidirá somente nos resultados alcançados em relação aos resultados previstos do projecto, mas principalmente para tirar lições desta nova experiência de apoio ao desenvolvimento de modelos de finanças inclusivas e de mercados inclusivos em Moçambique, como estratégias importantes para a redução da pobreza.

### **Indicadores do Programa do País**

O projecto realizará a monitoria do progresso rumo à concretização dos resultados do programa do país com base em indicadores específicos, a saber:

- # centros de informação sobre negócios e serviços que apoiam as PMEs (desagregados por género (**Base de Referência:** 0; **Meta:** 1 por distrito seleccionado).
- # de mulheres com MSMEs estabelecidas nos distritos escolhidos (**Base de Referência:** Inquérito de 2012; **Meta:** 10 por distrito).

Para a monitoria dos indicadores referidos acima, o PNUD coordenará com os governos dos distritos abrangidos pelo projecto, para a apresentação regular de relatórios de actividades implementadas. Para além disso, serão realizadas as missões regulares de monitoria de campo, afim de recolher dados e interagir com os beneficiários do projecto visando colher informações para a monitoria do projecto.

*Handwritten signature/initials*

#### **ANEXO 4: Contexto Legal**

O presente documento, juntamente com o UNDAF / CPD assinado entre o Governo e o PNUD e que está incorporado por referência, constitui um documento de projecto conforme referido no SBAA, e todas as cláusulas do UNDAF/CPD fazem alusão a este documento. De acordo com o Artigo III do SBAA, a responsabilidade pela segurança e protecção da entidade executora e dos respectivos trabalhadores incluindo os bens, e não só, como também os bens do PNUD na posse da entidade executora, são da responsabilidade do parceiro de implementação.

A entidade executora deverá:

- a) Estabelecer e manter um plano de segurança adequado, tomando em conta a situação de segurança da zona onde o projecto está a ser implementado;
- b) Assumir todos os riscos ligados à segurança da agência executora bem como a implementação, na íntegra, do plano de segurança

O PNUD reserva o direito de verificar se o referido plano está a ser implementado, e de sugerir alterações ao plano quando necessário. Caso não seja estabelecido e implementado um plano de segurança adequado conforme as exigências aqui referidas, será considerado como uma violação deste acordo

A agência de implementação concorda em empreender todos os esforços com vista a assegurar que nenhum dos fundos do PNUD recebidos em conformidade com o Documento de Projecto sejam usados para apoiar a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo, e que os beneficiários de quaisquer valores disponibilizados pelo PNUD não constem da lista na posse da Comissão do Conselho de Segurança estabelecida de acordo com a Resolução 1267 (1999). Portanto, esta cláusula deve ser incluída em todos os subcontratos ou sub-acordos celebrados no âmbito do presente Documento de Projecto

## ANEXO 5: Gestão da Qualidade dos Resultados do Projecto

<b>RESULTADO 1:</b> Planos de acção de desenvolvimento local que incluem modelos de mercados inclusivos e de finanças inclusivas elaborados e implementados nas províncias seleccionadas		
<b>Resultado da actividade1</b>	Desenvolvimento da estratégia e metodologias com a perspectiva de género para a integração da abordagem de DEL.	Data de Início: Janeiro de 2012 Data de Término: Dezembro de 2012
<b>Objectivo</b>	Contribuir para a descentralização efectiva da planificação económica afim de atender as necessidades de desenvolvimento económico local	
<b>Descrição</b>	Reforçar a capacidade das entidades governamentais e de LEDAs com vista a implementar e monitorar a implementação de abordagens de DEL, desenvolver metodologias, estratégias e outras ferramentas/incentivos para a integração de DEL nos ciclos planificação local, reforçar a coordenação ao nível local.	
<b>Critérios de Qualidade</b>	<b>Método de Qualidade</b>	<b>Data da Avaliação</b>
Número de estratégias e metodologias desenvolvidas	Relatórios da DNPDR Relatórios de Agencias de Desenvolvimento Económico Local (LEDAs) Relatórios de reuniões	Março, Junho, Setembro, Dezembro de 2012,
<b>Resultado da actividade2</b>	Abordagem e metodologia de integradas no ciclo de planificação territorial.	Data de Início: Janeiro de 2013 Data de Término: Dezembro de 2015
<b>Objectivo</b>	Contribuir para a descentralização efectiva da planificação económica afim de atender as necessidades de desenvolvimento económico local	
<b>Descrição</b>	Reforçar a capacidade das entidades governamentais e de LEDAs com vista a implementar e monitorar a implementação de abordagens de DEL, desenvolver metodologias, estratégias e outras ferramentas/incentivos para a integração de DEL nos ciclos planificação local, reforçar a coordenação ao nível local.	
<b>Critérios de Qualidade</b>	<b>Método de Qualidade</b>	<b>Data da Avaliação</b>
Número de províncias que introduziram a componente de DEL no ciclo de planificação territorial	Relatórios da DNPDR Relatórios de Agencias de Desenvolvimento Económico Local (LEDAs) Relatórios de reuniões	Março, Junho, Setembro, Dezembro de 2013, 2014, 2015
% de mulheres que participam nos processos de planificação territorial (em conselhos consultivos, grupos de trabalho).	Relatórios da DNPDR Relatórios de Agencias de Desenvolvimento Económico Local (LEDAs) Relatórios de reuniões	

<b>RESULTADO 2:</b> Funcionários da DNPDR aos níveis central e provincial capacitados na elaboração, implementação e monitoria de planos de desenvolvimento local		
<b>Resultado da actividade1</b>	Funcionários da DNPDR/DPPF-DPDR providos de formação sobre o DEL promovem as boas práticas do mesmo aos níveis local, nacional e internacional	Data de Início: Janeiro de 2012 Data de Término: Dezembro de 2015
<b>Objectivo</b>	Criar capacidades dentro da DNPDR afim de implementar a abordagem de DEL usando incentivos de ART	
<b>Descrição</b>	Capacitar os funcionários e oferecer apoio técnico e recursos a LEDAs, DPPF / DPDR e a Associação Nacional de Municípios (ANAMM), desenvolver metodologias de DEL para os municípios, prestar apoio técnico e apoiar a operacionalização de Conselhos Consultivos, convocar reuniões da Comissão Nacional de Coordenação e introduzir o curso de mestrado em DEL	
<b>Crítérios de Qualidade</b>	<b>Método de Qualidade</b>	<b>Data da Avaliação</b>
% de funcionários da DNPDR/DPPF-DPDR capacitados na identificação de possíveis vectores de DEL, cadeias de valor, comercialização ao nível territorial e promoção de boas práticas de DEL, com a perspectiva de género	Relatórios da DNPDR/DPDR	Março, Junho, Setembro, Dezembro de 2012, 2013
Número de funcionários da DNPDR/DPPF-DPDR que estão a fazer o curso de mestrado em DEL	Relatórios da DNPDR/DPDR	Março, Junho, Setembro, Dezembro de 2014, 2015

<b>RESULTADO 3:</b> Coordenadores de Projectos de Agencias de Desenvolvimento Económico Local em cada uma das províncias seleccionadas capacitados e preparados para gerir e implementar os planos de desenvolvimento económico local.		
<b>Resultado da actividade1</b>	Material sobre partilha de conhecimentos publicado	Data de Início: Janeiro de 2012 Data de Término: Dezembro de 2015
<b>Objectivo</b>	Partilhar experiências e boas práticas de desenvolvimento e implementação da abordagem de DEL	
<b>Descrição</b>	Desenvolver e publicar materiais de partilha de conhecimentos (revistas / publicações periódicas), prestar apoio às redes de LEDAs e aos grupos de trabalho de DEL a vários níveis, realizar estudos de casos, produzir e divulgar materiais educativos sobre DEL.	
<b>Crítérios de Qualidade</b>	<b>Método de Qualidade</b>	<b>Data da Avaliação</b>
Número de províncias que tem revistas relacionadas com o DEL publicadas	Publicações	Março, Junho, Setembro, Dezembro de 2012, 2013,2014, 2015

<b>Resultado da actividade2</b>	Membros da rede de LEDAs participam em viagens de estudo afim de trocar experiências e melhores práticas sobre LEDAs.	Data de Início: Janeiro de 2012 Data de Término: Dezembro de 2015
<b>Objectivo</b>	Partilhar experiências e boas práticas de desenvolvimento e implementação da abordagem de DEL	
<b>Descrição</b>	Organizar missões internacionais com vista a divulgar conhecimentos sobre DEL, inclusive no seio das autoridades nacionais, provinciais, distritais e municipais, e ao nível da Rede Nacional de LEDAs.	
<b>Critérios de Qualidade</b>	<b>Método de Qualidade</b>	<b>Data da Avaliação</b>
Número de membros da rede de LEDAs que participam em viagens de estudo	Relatórios de LEDAs	Março, Junho, Setembro, Dezembro de 2012, 2013, 2014, 2015
<b>Resultado da actividade3</b>	Projectos implementados com base na abordagem de DEL	Data de Início: Janeiro de 2014 Data de Término: Dezembro de 2015
<b>Objectivo</b>	Aumentar o rendimento e oportunidades de desenvolvimento das comunidades rurais, particularmente para as mulheres e para os jovens.	
<b>Descrição</b>	Conceder financiamento às mulheres e aos grupos vulneráveis que fazem parte das iniciativas de projectos populacionais, e não só, como também prestar apoio técnico aos beneficiários do DEL.	
<b>Critérios de Qualidade</b>	<b>Método de Qualidade</b>	<b>Data da Avaliação</b>
Número de projectos implementados com base na abordagem de DEL	Relatórios de LEDAs DNPDR/DPPDR a DNPDR/DPPDR	Março, Junho, Setembro, Dezembro de 2014, 2015

## ANEXO 6: Lista de Controle do Parceiro de Implementação

Parceiro de Implementação: MAE-DNPDR

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
<b>PARTE I. INFORMAÇÃO DE BASE</b>		
1. Historial	<p><b>Data de criação da instituição</b> A DNPDR foi criada em 2005 sob direcção do Ministério de Planificação e Desenvolvimento após a extinção do antigo Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural, criado no fim dos anos 80. Em 2009, após as últimas eleições, a DNPDR foi transferida do Ministério da Planificação e Desenvolvimento para o Ministério da Administração Estatal (MAE). Apesar das mudanças que se verificaram, a DNPDR manteve a sua estrutura, recursos, funcionários e o respectivo mandato.</p>	<p>Decreto do Governo que prevê a criação do MAE</p> <p>Estatuto Orgânico do MAE</p>
2. Mandato e grupo alvo	<p><i>Qual é o actual mandato ou objectivo da instituição?</i> O mandato do Ministério da Administração Estatal é de administrar o território moçambicano e, como tal, é o órgão de tutela das províncias, dos distritos e dos postos administrativos. Por outro lado, a DNPDR tem um mandato específico de promover as iniciativas de desenvolvimento rural em Moçambique, e as suas áreas de intervenção incluem o desenvolvimento de microfinanças nas zonas rurais, desenvolvimento económico local e desenvolvimento das capacidades das comunidades rurais, promoção do desenvolvimento de infraestruturas rurais e coordenação geral do desenvolvimento rural.</p> <p><i>Quem é o grupo-alvo principal da instituição?</i> O grupo alvo principal é o povo moçambicano, em particular a população rural.</p>	<p>Decreto do Governo que prevê a criação do MAE</p>
3. Situação legal	<p><i>Qual é a situação legal da instituição. Terá obedecido os requisitos legais para operar ao nível dos programas nacionais?</i> O MAE é um órgão do Estado estabelecido por meio de um decreto, e como tal, tem autonomia administrativa e financeira, o que consequentemente o confere autoridade de celebrar acordo com os doadores para a implementação e gestão de programas / projectos.</p>	<p>Decreto do Governo que prevê a criação do MAE</p>
4. Financiamento	<p><i>Qual é a principal fonte de financiamento da instituição?</i> O MAE-DNPDR é financiado principalmente através do Orçamento do Estado, além disso, recebe fundos de vários doadores, incluindo o PNUD, o Banco Africano de Desenvolvimento, o UNCDF e o IFAD.</p>	<p>Relatórios de doadores</p> <p>Relatórios sobre Execução do Orçamento do Estado</p>



ÁREAS DE AVALIAÇÃO	QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
5. Certificação	<i>A instituição está certificada de acordo com os padrões de certificação internacional?</i> Os sistemas de gestão do Governo de Moçambique são reconhecidos por estarem em conformidade com os padrões internacionais	Avaliações do País pelo FMI
6. Organizações banidas	<i>A instituição consta de qualquer lista de referência das Nações Unidas de organizações banidas?</i> NÃO	<a href="http://www.un.org/sc/committees/1267/consolist.shtml">http://www.un.org/sc/committees/1267/consolist.shtml</a>
<b>PARTE II. CAPACIDADE DE GESTÃO DO PROJECTO</b>		
<b>2.1 Capacidade administrativa</b>		
1. Compromisso de liderança	<i>Os dirigentes da instituição estão prontos e dispostos a executar o projecto proposto?</i> SIM. A DNPDR é parceira do PNUD, de longa data, nas áreas de finanças inclusivas e desenvolvimento económico local e os dirigentes por sua vez (Ministro e o Director Nacional) têm manifestado o interesse em continuar a receber o apoio do PNUD. Além disso, o projecto proposto está alinhado com as estratégias e planos da instituição.	Referência a reuniões anteriores com o Director Nacional da Promoção do Desenvolvimento Rural e a reunião realizada entre o Ministro e os doadores. Este aspecto foi igualmente levantado pelo actual Coordenador de Projectos do PNUD durante discussões em torno da elaboração do UNDAF
2. Experiência de Gestão e qualificações	<i>Quais são os directores, ao nível da instituição, que estão ligados ao projecto proposto?</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Director Nacional da DNPDR</li> <li>• Chefe de Departamento da DNPDR</li> </ul> <i>Quais são as suas credenciais e experiência relacionadas com o projecto proposto?</i> Eles tem gerido com sucesso os projectos do PNUD/UNCDF BIFSMO e ART-PAPDEL que juntos constituem o novo Projecto de Desenvolvimento Económico Local que está sendo proposto. <i>Estes directores têm experiência na implementação de projectos do PNUD ou outros projectos financiados por doadores?</i> SIM	Relatórios de projectos (BIFSMO e ART-PAPDEL).
3. Plano e orçamento	<i>A instituição tem aplicado a metodologia de gestão baseada em resultados?</i> SIM, os Planos (PES) e relatórios (Bde PES) do MAE-DNPDR estão baseados na Abordagem de Gestão Baseada em Resultados. <i>Existem realizações ou resultados finais mensuráveis nas estratégias, programas e planos de trabalho?</i> SIM <i>Os orçamentos são proporcionais aos resultados pretendidos?</i> SIM <i>Como é que os planificadores identificam e acomodam os riscos?</i> Os riscos são identificados durante o processo de planificação através da avaliação e consulta interna com os intervenientes. Os resultados específicos estão definidos nos documentos de planificação / de projectos para acomodar os riscos.	PES e BdePES Documentos de Projecto de BIFSMO e de ART-PAPDEL Estratégia de Desenvolvimento Rural
4. Fiscalização,	<i>Como é que os gestores fiscalizam a implementação dos planos de trabalho?</i>	Relatórios Anuais Relatórios de Avaliação de

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
<p>análise e elaboração /apresentação de relatórios.</p>	<p>Através de visitas regulares de campo, relatórios e reuniões anuais.  <i>Como é que eles avaliam o progresso em relação as metas?</i>  Através de relatórios trimestrais e anuais. Os relatórios estão relacionados com as metas definidas no Quadro de Monitoria e Avaliação  <i>Como é que a instituição documenta o seu desempenho, por exemplo, nos relatórios anuais ou periódicos?</i>  Através de relatórios trimestrais e anuais  <i>Como é que os planos e realizações da instituição são apresentados aos intervenientes?</i>  Através do BdePES, que são documentos públicos, e através de reuniões com os intervenientes. Também existem grupos de trabalho temático, tais como os grupos de trabalho de microfinanças onde a DNPDR interage com os intervenientes  <i>A instituição tem realizado reuniões regulares de análise de projectos ou programas? As referidas reuniões estão abertas a todos os intervenientes?</i>  Sim. Este é o caso dos grupos de trabalho temático ou reuniões nacionais que são realizadas com base regular, tais como a Conferência Nacional de Microfinanças, onde todos os intervenientes são convidados a participar.  <i>As actividades da instituição são sujeitas à avaliação externa? Como é que a instituição aprende e implementa a sua experiência?</i>  Sim, tem havido várias avaliações externas das actividades da instituição. A recente avaliação foi a do Projecto BIFSMO. Foi elaborado um plano para a implementação das recomendações da avaliação e as lições aprendidas estão a ser usadas para desenhar o Projecto de Desenvolvimento Económico Local.</p>	<p>Projectos  BdePES</p>
<p>5. Redes</p>	<p><i>Quais são os outros órgãos importantes para o funcionamento desta instituição com êxito?</i> Governos provinciais e distritais, instituições de microfinanças, Associação de instituições de microfinanças, outros ministérios (Comércio, Finanças, Planificação e Desenvolvimento, Agricultura) e o Banco Central.  <i>Como é que a DNPDR gere as relações com estas instituições?</i> Existem boas relações e existem, igualmente, canais permanentes de diálogo e de partilha de informações.  <i>A instituição faz parte das redes de conhecimento, de órgãos coordenadores ou de outros fóruns?</i>  SIM.</p>	<p>Descrição da redes e fóruns dos intervenientes</p>